



X Encontro Brasileiro de Administração Pública.  
ISSN: 2594-5688  
secretaria@sbap.org.br  
Sociedade Brasileira de Administração Pública

## **DESIGUALDADE TERRITORIAL NO BRASIL E SEU IMPACTO NA EDUCAÇÃO**

**Aline Rigelo Peixoto, Adalberto Marques Aredes Teixeira Almeida**

**[RELATO TÉCNICO] GT 12 Gestão social, poder local e desenvolvimento territorial**

# DESIGUALDADE TERRITORIAL NO BRASIL E SEU IMPACTO NA EDUCAÇÃO

## Resumo:

Neste trabalho analisaremos os desempenhos das unidades federativas do Brasil no IDEB e no IOEB, assim como o seu PIB per capita. Assim, objetivamos avaliar se o desempenho escolar está sempre relacionado às condições socioeconômicas ou se é possível identificar desempenhos destoantes. Entendemos que, para melhor compreensão da relação da desigualdade com a educação, é importante também analisar um índice que trate da qualidade das oportunidades educacionais disponíveis, como o Índice de Oportunidades da Educação Brasileira (IOEB). A análise dos dados indica que, apesar de a relação entre renda e território ser, via de regra, transposta para os índices de desempenho escolar, o mesmo não ocorre de forma linear no caso da análise do IOEB.

**Palavras-chave:** Desigualdade territorial; Educação; Brasil.

## Introdução

A desigualdade social é uma problemática de várias vertentes, a literatura por sua vez, aborda o assunto com vasto campo de análise sobre o fator renda como indicador, porém outras facetas podem trazer elucidações tão complexas e estratificadas deste fenômeno de desigualdade quanto a riqueza e a renda, que são indicadores clássicos para abordagem da temática.

Entre as várias formas que a desigualdade pode se apresentar, como a renda, a raça, a educação e outras, abordaremos no presente estudo a desigualdade territorial no Brasil. O cortejo passará pela contextualização histórica da desigualdade entre as diversas regiões do Brasil a partir de 1970, bem como suas consequências sobre a migração do homem do campo para cidades, a escolaridade e o desdobramento em outros tipos de desigualdades notoriamente apontadas como decorrentes deste desenvolvimento fracionado que ocorreu entre as principais regiões do Brasil.

Neste contexto entre a dicotomia entre riqueza e pobreza, serão abordados os fatores que levaram ao crescimento do PIB per capita entre as populações mais pobres das regiões brasileiras e as consequências geradas pelo movimento da distribuição de renda e a estagnação da pobreza em patamares de uma crescente parcela de pobres.

Na sequência, serão analisadas as desigualdades educacionais, tendo em vista suas causas, características e impactos. Será realizada uma revisão bibliográfica sobre o assunto e observadas as primeiras impressões a partir de uma análise quantitativa de indicadores educacionais comparados com indicador de renda.

## **Desigualdade territorial no tempo**

No Brasil em meados de 1970, por meio de indicadores de acesso aos serviços públicos, tais como energia elétrica, água e esgoto, passou-se a mensurar o tamanho da desigualdade territorial entre as regiões brasileiras na medida da concentração do acesso aos referidos serviços.

Neste contexto, Martha Arretche (2015), na obra “Trajetórias das desigualdades”, destaca que:

“Na década de 1970, o acesso a serviços essenciais não era apenas muito baixo. As coberturas existentes estavam concentradas no Sul e Sudeste, como se verá mais adiante. Grande parte da população que vivia acima do paralelo 20o simplesmente não contava com acesso a redes de água, esgoto e energia elétrica. Mesmo indivíduos de renda média e (até) alta não contavam com a oferta pública desses serviços. Altas taxas de pobreza caracterizavam o território nacional”.

Esse cenário foi sendo alterado de forma perceptiva ao longo dos anos, todavia regiões como sul e sudeste, foram protagonistas de avanços muito mais acelerados conseguindo atingir níveis satisfatórios em espaço de tempo menor do que regiões como norte e nordeste.

Segundo Martha (2015):

“Na década de 1970, o Brasil não era apenas um país pobre. À maior parte dos seus municípios era habitada por elevada concentração de pobres, e a carência de serviços essenciais era generalizada. Nos últimos quarenta anos, ocorreu sensível melhora nas condições de vida das cidades brasileiras. A renda per capita aumentou, a concentração de pobres diminuiu e a cobertura de serviços de infraestrutura física, bem como a oferta de médicos e os níveis de escolaridade melhoraram sensivelmente. Entretanto, a desigualdade de riqueza entre os municípios brasileiros permaneceu rigorosamente estável, a desigualdade territorial da concentração da pobreza aumentou e diminuíram as desigualdades no acesso a serviços básicos de energia elétrica, água e esgoto, coleta de lixo e níveis de escolaridade”.

Neste diapasão o cenário de acesso aos serviços públicos é diretamente afetado pelo aumento do PIB per capita, ou seja, o movimento de melhoria foi sentido em todos os fatores diretamente ligados ao aumento da renda da população, ainda que, as maiores concentrações de riqueza permanecessem distribuídas entre uma pequena parcela da sociedade que também foi beneficiada de forma significativa no acesso aos serviços públicos.

Neste cenário histórico observa-se que muito embora a renda tenha sido um fator preponderante na política de acesso a serviços públicos básicos, o movimento se apresentou muito mais concentrado nas regiões sudeste e sul, com incremento de novas ilhas de riquezas entre o centro-oeste e norte, porém, a grande massa permaneceu concentrada na região nordeste

em maior escala.

### **Desigualdade territorial entre as regiões do Brasil**

Conforme abordado pelo tópico anterior, a partir de 1970 até 2010, os acessos aos serviços públicos básicos obtiveram significativos aumentos por todas as regiões brasileiras, e muito foi esclarecido que este fenômeno se deu em boa parte pelo aumento da renda per capita, porém, em destaque, as regiões Sul e Sudeste, aumentando significativamente o distanciamento com as regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste.

Parte desta condição se apresenta pelo aumento da renda per capita, não apenas entre os mais ricos, obteve-se incrementos entre os mais pobres, movimentando um platô de renda diferente das regiões Norte e Nordeste, aumentando o abismo entre as regiões. Segundo Arretche (2015):

“Em 1970, alguns poucos municípios do Sul e Sudeste apresentavam os mais altos valores de PIB per capita, ao passo que os mais pobres estavam concentrados na região Nordeste. Em 1980, expandiu-se o número de municípios que nas regiões Sul e Sudeste apresentavam as mais altas taxas de riqueza, tendo ocorrido também alguma expansão da riqueza na região centro-oeste. Permaneceu, contudo, a região Nordeste com a configuração bastante similar a de 1970, isto é, com os mais baixos valores de PIB per capita do território nacional. É espantosa a semelhança na desigualdade espacial de PIB per capita para os anos 1991, 2000 e 2010. As regiões Sul e Sudeste abrigam os municípios mais ricos, as regiões Centro-Oeste e Norte tem ilhas de riqueza cercadas por municípios com riqueza de nível intermediário. Os municípios da região Nordeste permanecem de modo geral com um padrão estável, sendo os mais pobres quando comparados aos demais. Assim, ainda que os valores no PIB per capita tenham aumentado devido ao crescimento econômico, a desigualdade permanece praticamente inalterada.”

Ainda nesta seara, entre as regiões brasileiras neste mesmo período apresentado no estudo de Martha (2015), a desigualdade entre os municípios brasileiros, embora tivessem mais acessos a serviços públicos básicos, obteve um movimento “paradoxal” em relação ao indicador de renda e pobreza.

Esse movimento foi explicado pela desigualdade territorial entre a distribuição de renda e riqueza, ou seja, as concentrações urbanas oriundas dos grandes centros, e a escassez características de pequenos municípios, foram fatores decisivos para se aumentar o distanciamento entre renda e pobreza ocasionando um movimento que, embora apresentado no aumento de renda entre as classes mais pobres, ocasionou uma diferenciação entre as mesmas, porém diferenciadas pela concentração, “a redução da pobreza e da desigualdade de renda teve desigual distribuição territorial, aumentando a distancia entre áreas com menor e maior concentração de pobres” (Martha; Arretche, 2015).

Por fim, Martha (2015), aponta de forma assertiva um indicador na concentração de

pobres em contrapartida a destruição renda, ou seja, os ganhos de produtividade desta parcela da população alavancaram os ganhos dos mais pobres, e, conforme já apontado, não reduziu a desigualdade entre as regiões.

“O indicador “concentração de pobres” capta a distribuição da renda no interior de cada município. Mantida constante a renda per capita, as taxas de pobreza podem variar bastante a depender da desigualdade na distribuição da renda (Barros; Henriques; Mendonça, 2000). Nessa dimensão, a trajetória das regiões também não foi homogênea. A queda da desigualdade foi mais intensa na região Sudeste, possivelmente devido ao fato de que os ganhos de produtividade dos pobres da região Sudeste foram mais intensos do que os das regiões Norte e Nordeste” (Manso; Barreto; França, 2010a, 2010b; Pinto; Oliveira, 2010).

### **Desigualdade de renda e a desigualdade territorial**

Pode-se afirmar que a desigualdade de renda é de longe o indicador mais complexo e objetivo para se perceber o precipício da desigualdade entre as pessoas de uma sociedade.

Não obstante a essa máxima consagrada pela literatura com uma vasta coleção de obras e artigos, o Brasil encontra-se entre os países com a maior desigualdade de renda do mundo.

De acordo com Martha (2015):

“Entre 1970 e 2010, a desigualdade de riqueza entre os municípios permaneceu praticamente inalterada e aumentou a desigualdade territorial no tocante à concentração de pobres, ao passo que a expansão das coberturas nas políticas essenciais — com exceção da oferta de médicos — foi acompanhada de queda na desigualdade territorial”

Isso reflete o tamanho do abismo gerado pelo crescimento desordenado onde a renda é concentrada e a pobreza assumi condições de protagonismo no entrevero da distribuição de oportunidades e concentração de riqueza.

O que foi evidenciado pela autora Martha (2015), foi que embora tenha-se havido um crescimento geral nos últimos 40 anos, a renda foi o fator preponderante para se distanciar as regiões brasileiras sobre esse indicador, deixando claro que região Sudeste e Sul, obtiveram resultado significativos no aumento da renda per capita, todavia, o número de pessoas pobres também sofreu grande incremento, fazendo com que o movimento social da pobreza crescesse vertiginosamente naquela região, devido ao aumento da população.

Insta destacar que pequenas regiões obtiveram resultado menos expressivos, porém se destacaram dentro de suas regiões como “ilhas de riqueza” (Martha, 2015), onde se encontra o Distrito Federal, parte do Centro-oeste e uma pequena parcela do Norte. Todavia, a região mais impactada pela desigualdade oriunda do indicador renda foi a região Nordeste e Norte. Tais regiões já encontrava-se em patamares de pobreza assoladora e com baixo acesso a serviços públicos básicos como apontado anteriormente, e, ainda que, conseguiu-se extrair melhorias no acesso a serviços públicos básicos, a renda continuou sendo um fator de escassez impulsionando

a pobreza local, gerando um falso movimento de melhoria, que estava envolto de um entrelaçamento entre o aumento da população pobre que não percebia sequer um salário mínimo, conforme apontado pelo PIB per capita da região.

Neste sentido Martha (2015) destaca:

“a desigualdade de renda varia entre os estados e regiões, sendo mais elevada na região Nordeste e nos estados de Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais e mais baixa em São Paulo e na região Sul (Hoffmann, 2010). É possivelmente devido a esse fato que a elevação do coeficiente de Gini da concentração de pobres é mais acentuada nas décadas de 1970 a 2000, nas quais ocorreu crescimento econômico.”

Conforme a temática vai se delineando pela desigualdade de renda, observamos que as várias regiões respondem de forma diferente ao movimento de crescimento econômico e social, e os fatores que impulsionaram o múltiplos resultados entre as regiões nas últimas décadas nos chama atenção para grandes melhorias para camadas mais pobres no campo de acesso a serviços públicos básicos, porém também nos salta aos olhos o distanciamento gerado entre os detentores da renda maior e das grandes riquezas acumuladas neste período.

Para Martha (2015), a conclusão está em vários pontos a serem refletidos:

“A prosperidade ocorreu em estreita associação com a expansão da renda per capita e a redução do percentual de pobres, sem que seja possível determinar a direção da causalidade. O fato é que a melhora na riqueza das jurisdições foi acompanhada, de modo geral, pela redução na concentração de pobres e ampliação das taxas de cobertura dos serviços. Em outras palavras, quando um município experimenta melhoras em uma dimensão, tem grandes chances de progredir nas demais dimensões de bem-estar examinadas. Por essa razão, indivíduos com renda similar podem ter acesso desigual a serviços públicos, a depender de sua oferta na jurisdição em que residem. Essa oferta esteve estreitamente associada com a riqueza dos municípios e suas respectivas taxas de pobreza”.

### **Desigualdade territorial e a escolaridade**

Há duas relações importantes entre a desigualdade de renda e a desigualdade educacional. A primeira se refere ao quanto a situação socioeconômica e cultura da família e da sociedade em que vivem afeta o acesso à educação das pessoas. A segunda trata do impacto do desempenho escolar na renda da própria pessoa.

O impacto da educação na renda da própria pessoa é facilmente identificado. Casos de aumento de escolaridade acima da média tendem a também gerar aumento da renda acima da média (Menezes Filho e Kirschbaum, 2015). Inclusive, Menezes Filho e Kirschbaum (2015), lembram que “a educação alcançada pelos indivíduos é o principal meio de mobilidade social nas sociedades modernas, portanto, a diminuição da DOE é fundamental para o aumento da mobilidade social”.

Porém, não é fácil para um indivíduo conseguir essa mobilidade social, já que as desigualdades educacionais tendem a se manterem constantes, dados os fortes impactos das

características socioeconômicas e culturais suas famílias e sociedades na educação dos seus filhos. Essa é a chamada desigualdade de oportunidades educacionais (DOE). Nesse sentido, Silva (2000) é didático ao categorizar os fatores que impactam na desigualdade educacional em três grandes grupos: recursos econômicos ou capital econômico; recursos educacionais ou capital cultural; e estrutura familiar.

Infelizmente, a redução da DOE é bastante complexa. Via de regra, um aumento médio da escolaridade da população gera um aumento médio da qualificação profissional exigida para os cargos e, dessa forma, ainda que os profissionais estejam mais bem qualificados, os salários se mantêm proporcionais e a desigualdade segue sem alteração. Segundo Ribeiro, Ceneviva e Alves de Brito (2015),

“mudanças na associação entre origem social e destino educacional tendem a ocorrer apenas em contextos nos quais as taxas de transição para determinados níveis educacionais atinjam níveis de saturação que impeçam, por um “efeito-teto”, seu aumento entre classes de origem socioeconômica privilegiada”.

A dificuldade em diminuir a DOE leva a uma situação conhecida como desigualdades persistentes na educação. Ribeiro, Ceneviva e Alves de Brito (2015) também analisaram a questão das desigualdades persistentes em um estudo global que concluiu que “ainda que as taxas de participação escolar tenham crescido para todas as classes, em praticamente todos os níveis, as vantagens associadas a origens socioeconômicas privilegiadas permaneceram inalteradas”.

Vale notar que, geralmente, o aumento de investimentos em educação não gera uma diminuição da desigualdade, devido à falta de equidade na distribuição dos recursos. Quanto a isso, Soares e Alves (2013), trazem que:

“Há evidências, portanto, de que os investimentos em educação não produzem necessariamente resultados equitativos, uma vez que os efeitos dos gastos na qualidade ocorrem de forma seletiva. As relações encontradas sugerem que a melhoria da qualidade educacional por meio de mais insumos pode favorecer de forma privilegiada alguns municípios ou escolas.”

São inúmeros os autores que comprovam uma correlação entre a desigualdade, a renda e a escolaridade (Soares e Alves, 2013; Brito, 2014; Menezes Filho e Kirschbaum, 2015; Ribeiro, Ceneviva e Alves de Brito, 2015). Portanto, não resta dúvidas acerca dessa correlação, tirando os casos de exceção.

## **Delimitação**

Conforme o capítulo anterior, uma série de estudos e pesquisas avaliam a relação da educação com a desigualdade. Sabemos, inclusive, que é esperado que regiões com melhor

situação socioeconômica (que, de forma simplificada, pode ser identificada pela renda ou pelo PIB per capita) tenham melhor desempenho nos índices de avaliação de desempenho educacional.

Porém, essas avaliações são usualmente focadas apenas no desempenho escolar dos estudantes, considerando índices como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que de acordo com o site do Ministério da Educação, “é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, criado em 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), formulado para medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino”.

Não há dúvidas de que métricas como o IDEB são de fundamental importância para identificar o quão preparados os estudantes estão após a sua passagem escolar. Contudo, sabemos que o desempenho escolar é altamente impactado pela qualidade das escolas, vida escolar anterior e as oportunidades oferecidas pelas respectivas famílias dos estudantes e pela sociedade (CEDAC, 2021). De acordo com o CEDAC (2021), o IDEB “é um indicador de desempenho dos alunos o que significa que é determinado tanto pela qualidade da educação disponível (...) quanto pelas características individuais dos alunos”.

Sendo assim, entendemos que, para melhor compreensão da relação da desigualdade com a educação, é importante também analisar um índice que trate da qualidade das oportunidades educacionais disponíveis, como o Índice de Oportunidades da Educação Brasileira (IOEB).

De acordo com o CEDAC (2021),

“O IOEB retira o foco do resultado que as crianças produzem para jogar luz às oportunidades educacionais que essas crianças estão recebendo, em cada território. Desta maneira, os indicadores de resultados educacionais estão contemplados no IOEB, porém são modificados de forma a isolar (ou desconsiderar) a parcela dos resultados que se estima como decorrente do background familiar dos alunos, e que foram denominados indicadores ajustados”.

Dessa forma, analisaremos os desempenhos das unidades federativas do Brasil no IDEB e no IOEB, assim como o seu PIB per capita<sup>1</sup>. Assim, objetivamos avaliar se o desempenho escolar está sempre relacionado às condições socioeconômicas ou se é possível identificar desempenhos destoantes.

---

<sup>1</sup> O PIB per capita está sendo usado nesta análise como um proxy para os indicadores socioeconômicos. Sabemos da limitação desta abordagem, mas entendemos que, para fins dessa análise, ele traz uma aproximação da realidade.



### **Análise de dados e possíveis cenários**

Ao se analisar os dados de renda, observados na tabela 1, as desigualdades regionais são facilmente percebidas. As dez unidades federativas com maior PIB per capita são todas do Centro-Oeste, Sul e Sudeste: DF, SP, MT, SC, MS, RJ, PR, RS, ES e MG.

Porém, ainda que haja uma tendência de os estudantes de estados com maior PIB per capita desempenharem melhor nas avaliações, passamos a ter uma exceção nesta lista ao analisar os dados do IDEB. O Ceará passa a constar como segundo colocado na média nacional, sendo o único estado das regiões Norte e Nordeste a constar entre os mais bem colocados, que são, nesta ordem: SP, CE, PR, GO, SC, RS, ES, DF e MG.

Ao considerarmos os dados do IOEB, trazendo para a questão central a oportunidade na educação, a lista dos melhores colocados se altera ainda mais, passando a incluir estados de todas as regiões do país, na seguinte ordem: DF, CE, SP, ES, MG, RO, SC, GO, RJ e AC.

Dessa análise, é possível depreender que estados como Rio Grande do Sul e Paraná têm resultados acima da média nas avaliações educacionais, mas somente devido a fatores relacionados com o ambiente socioeconômico e cultural em que os seus estudantes estão inseridos. Ao isolarmos esses fatores, percebemos o grande destaque do caso do Ceará e mesmo de estados como Rondônia e Acre.

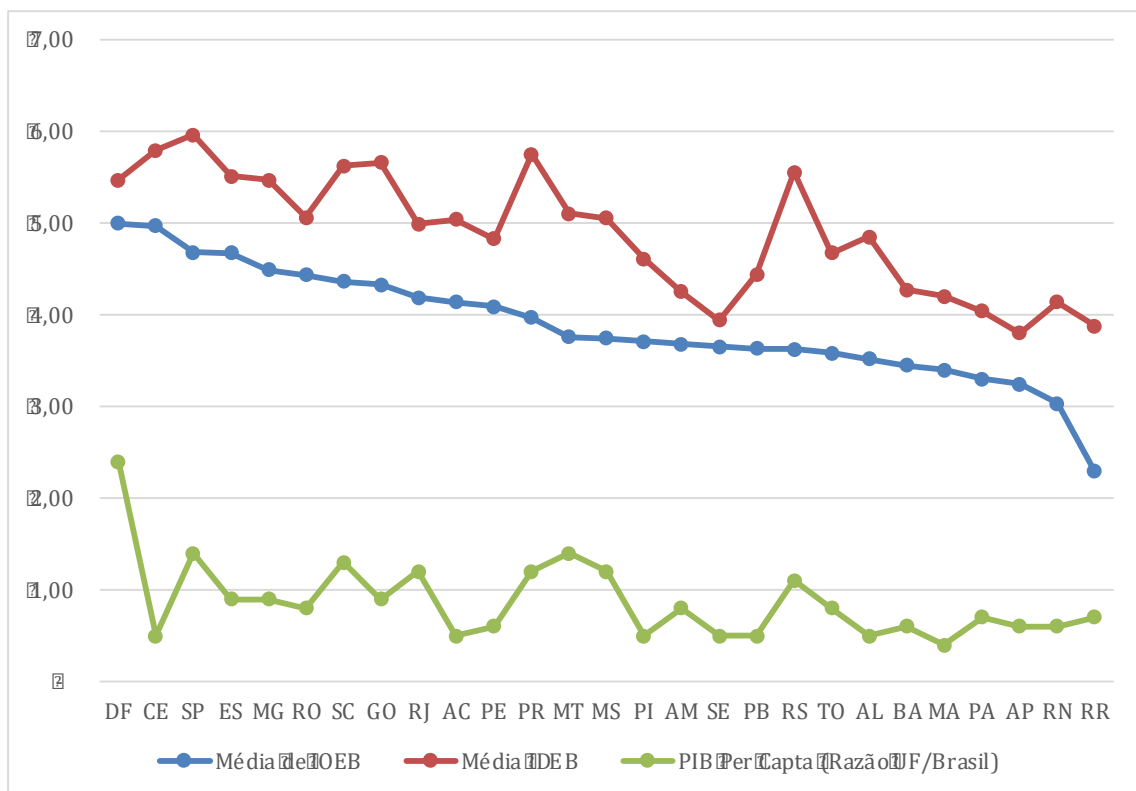
Ainda assim, estados como São Paulo mantem um desempenho similar ao esperado. Por outro lado, percebemos algumas distorções da análise em casos como o de Mato Grosso, que tem um PIB per capita elevado, mas que, devido à grande concentração de renda, não se traduz em melhores condições socioeconômicas dos estudantes e de suas famílias e sociedades.

**Tabela 1 - IOEB, IDEB e PIB per capita das Unidades Federativas.**

UF	Média de IOEB	Classificação IOEB	Média IDEB	Classificação IDEB	PIB Per Capta (Razão UF/Brasil)	Classificação PIB per capita
AC	4,14	10	5,04	13	0,50	23
AL	3,52	21	4,85	15	0,50	22
AM	3,68	16	4,25	21	0,80	13
AP	3,24	25	3,80	27	0,60	17
BA	3,45	22	4,27	20	0,60	18
CE	4,97	2	5,79	2	0,50	24
DF	5,00	1	5,47	8	2,40	1
ES	4,67	4	5,51	7	0,90	9
GO	4,33	8	5,66	4	0,90	11
MA	3,40	23	4,20	22	0,40	27
MG	4,49	5	5,47	9	0,90	10
MS	3,74	14	5,05	12	1,20	5
MT	3,76	13	5,10	10	1,40	3
PA	3,30	24	4,04	24	0,70	16
PB	3,63	18	4,44	19	0,50	25
PE	4,09	11	4,83	16	0,60	20
PI	3,71	15	4,61	18	0,50	26
PR	3,97	12	5,75	3	1,20	7
RJ	4,19	9	4,99	14	1,20	6
RN	3,03	26	4,14	23	0,60	19
RO	4,43	6	5,06	11	0,80	12
RR	2,29	27	3,88	26	0,70	15
RS	3,62	19	5,55	6	1,10	8
SC	4,36	7	5,62	5	1,30	4
SE	3,65	17	3,94	25	0,50	21
SP	4,68	3	5,96	1	1,40	2
TO	3,58	20	4,67	17	0,80	14

Fontes: QEdu e IBGE. Elaboração: autores.

Gráfico 1 - Comparativo entre IOEB, IDEB e PIB per Capta por UF.



Fontes: QEdu e IBGE. Elaboração: autores

Ao organizarmos os dados expostos na tabela 1 em um formato de gráfico e alinharmos as unidades federativas pelo dado do IOEB em ordem decrescente, conforme no Gráfico 1, fica mais fácil de identificar visualmente o destaque do Ceará nesta questão.

Vale notar que o caso do Ceará é icônico. Estudos recentes (Ribeiro, 2021; Nogueira Filho, 2022) mostram que o sucesso do estado se deve ao investimento realizado por meio do Programa de Aprendizagem na Idade Certa (Paic), o qual “reduziu desigualdades, aumentou o nível de aprendizagem e ampliou a equidade educacional de alunos em situação de vulnerabilidade social no estado em relação ao Brasil e ao Nordeste entre 2011 e 2017” (G1, 2021).

De acordo com o site da Secretaria de Educação do Estado,

“O Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC) foi transformado em política pública prioritária do Governo do Estado em 2007. Visa oferecer aos municípios formação continuada aos professores, apoio à gestão escolar, entre outros aspectos. Iniciou suas atividades com a meta de garantir a alfabetização dos alunos matriculados no 2º ano do Ensino Fundamental da rede pública cearense. Juntamente com outras experiências, o PAIC contribuiu para a estruturação por parte Ministério da Educação do Pacto Nacional Alfabetização na Idade Certa (PNAIC)”.

Certamente, é necessário um maior aprofundamento do tema para que sejam identificados os fatores de sucesso dessa política pública e para identificar casos semelhantes de sucesso.

## **Recomendações**

A revisão bibliográfica realizada mostrou que a desigualdade territorial costuma ter impactos nocivos na educação. Percebemos que tanto a influência de fatores socioeconômicos e culturais no nível de educação dos jovens como a dificuldade de diminuir a desigualdade educacional por meio de investimentos tradicionais na educação nos levam à necessidade de políticas públicas inovadoras.

A análise dos dados indica que, apesar de a relação entre renda e território ser, via de regra, transposta para os índices de desempenho escolar, o mesmo não ocorre de forma linear no caso da análise do IOEB.

Por fim, destacamos o caso do Ceará e de seu desempenho excepcional tanto na avaliação do IDEB como do IOEB. Porém, ressaltamos que as análises realizadas demandam aprofundamento tanto para entender as razões que geraram esse resultado, como para averiguar se essa alteração na qualidade da educação na região irá resultar na diminuição da desigualdade e no aumento de renda da região. Por fim, recomendamos que sejam analisados os dados por municípios, os dados detalhados de investimentos na educação e outras variáveis ligadas à desigualdade territorial.

## **Referências**

ARRETCHE, Martha (org.). *Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos*. São Paulo: Editora Unesp, CEM, 2015.

BRITO, Murillo Marschner Alves de. *A dependência na origem. Desigualdades no sistema educacional brasileiro e a estruturação social das oportunidades*. 2014. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. doi:10.11606/T.8.2014.tde-02102014-182644. Acesso em: 2023-02-01.

CEDAC. *Nota Técnica – IOEB 2021*. Cedac, 2021. Disponível em <https://ioeb.org.br/nota-tecnica-ioeb-2021/>.

G1, *Modelo de alfabetização do Ceará melhorou aprendizagem de alunos em situação vulnerável, aponta pesquisa*. Publicado em 10/06/2021. Disponível em <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2021/10/06/modelo-de-alfabetizacao-do-ceara-melhorou-aprendizagem-de-alunos-em-situacao-vulneravel-aponta-pesquisa.ghtml>.

MENEZES FILHO, Naercio; KIRSCHBAUM, Charles. Educação e Desigualdade no Brasil. In: ARRETCHE, Martha (org.). Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos. São Paulo: Editora Unesp, CEM, 2015.

RIBEIRO, Carlos Costa; CENEVIVA, Ricardo e ALVES DE BRITO, Murillo Marschner. Estratificação educacional entre jovens no Brasil: 1960-2010. In: ARRETCHE, Martha (org.). Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos. São Paulo: Editora Unesp, CEM, 2015.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO CEARA. Mais PAIC. Disponível em <https://www.seduc.ce.gov.br/mais-paic/>

SILVA, Nelson Valle; HASENBALG, Carlos. Tendências da desigualdade educacional no Brasil. Dados – Revista de Ciências Sociais, v. 43, n. 3, 2000. <https://doi.org/10.1590/S0011-52582000000300001>

SOARES, José Francisco, ALVES, Maria Teresa Gonzaga. Effects of schools and municipalities in the quality of basic education. Cad. Pesqui. [online]. 2013, vol.43, n.149, pp.492-517. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742013000200007>